



A grayscale image of the Statue of Liberty, showing her head with the crown, her right arm raised holding a torch, and her left arm holding a tablet. The image is positioned at the top of the page, partially overlapping a decorative diamond shape.

SUMÁRIO

ABREVIATURAS E SIGLAS	29
INTRODUÇÃO	33

CAPÍTULO 1

O(S) SISTEMA(S) JURÍDICO(S) NORTE-AMERICANO(S) E O DIREITO DO TRABALHO	45
1.1. <i>Common law vs. Civil law</i>	45
1.2. Constituição, direitos sociais e <i>state action doctrine</i> : uma contextualização	47
1.3. Federalismo, competências legislativas e o “mito generalista”	53
1.4. O Direito do Trabalho no ensino jurídico	61
1.5. Escolha de juízes e organização judiciária	65
1.6. Jurisdição primária obrigatória de agências administrativas	73
1.7. A Suprema Corte em trabalho	75
1.8. Breves apontamentos históricos	82
1.8.1. Fim da escravidão e <i>injunctions</i> em repressão às atividades sindicais	82
1.8.2. Os <i>yellow dog contracts</i> e a Era Lochner (1897-1937)	85
1.8.3. O <i>New Deal</i> e a superação de Lochner	89

CAPÍTULO 2

MITO DA JABUTICABA: “OS EUA NÃO TÊM CLT, JUSTIÇA DO TRABALHO OU MINISTÉRIO DO TRABALHO”	95
2.1. O “mito da jabuticaba” e a “América que deu certo”	95
2.2. As principais fontes do Direito do Trabalho nos EUA e o “mito da simplicidade”	99
2.3. Órgãos estatais especializados na execução de leis trabalhistas e na resolução de conflitos advindos das relações de trabalho	108
2.4. Agências especializadas na apuração e resolução de conflitos sobre atividades de engajamento coletivo, sindicalização e negociação coletiva	109
2.4.1. <i>A National Labor Relations Board (NLRB) e sua Procuradoria Geral (General Counsel)</i>	109
2.4.2. Outras agências especializadas na resolução de conflitos coletivos	116
2.5. Agências especializadas na apuração e resolução de conflitos sobre discriminação no emprego	116
2.5.1. <i>A Equal Employment Opportunity Commission (EEOC)</i>	116
2.5.2. Agências administrativas estaduais de combate à discriminação	118
2.6. O Departamento do Trabalho (<i>Department of Labor – DOL</i>)	119
2.6.1. <i>A Divisão de Salário e Horas (Wage and Hour Division – WHD)</i>	122
2.6.2. <i>Administração de Saúde e Segurança Ocupacional (Occupational Safety and Health Administration – OSHA)</i>	125
2.6.3. <i>Escritório de Padrões de Trabalho e Gestão (Office of Labor-Management Standards – OLMS)</i>	126
2.6.4. <i>A Secretaria de Estatísticas Trabalhistas (Bureau of Labor Statistics – BLS)</i>	127

CAPÍTULO 3**A MITOLOGIA QUE RONDA O SISTEMA SINDICAL NORTE-AMERICANO**

129

- 3.1. Noções introdutórias e o mito dos poucos sindicatos .. 129
- 3.2. O *National Labor Relations Act* (NLRA) e os direitos de sua Seção 7
- 3.3. Cobertura e abrangência do NLRA
- 3.4. As condutas trabalhistas desleais (*unfair labor practices*) capituladas no NLRA
- 3.5. Comunicação entre os empregados, auto-organização e o mito do empregador plenipotenciário
- 3.6. Terceirização e dispensa em massa em ambiente sindicalizado
- 3.7. A reação dos empregadores à organização coletiva e às campanhas de organização sindical
- 3.8. *Union security* e financiamento sindical no setor privado americano
- 3.9. O movimento *right-to-work*
- 3.10. Brasil: fim da contribuição sindical obrigatória e a citação de *Janus v. AFSCME* no STF
- 3.10.1. O fim da contribuição sindical obrigatória no Brasil
- 3.10.2. *Janus* no STF: um amor incompreendido
- 3.11. Negociado vs. legislado e a irrenunciabilidade de determinados direitos
- 3.11.1. *Epic Systems* e as cláusulas compromissórias com renúncia ao direito de participação em *class actions*

CAPÍTULO 4**OS MITOS DA LIBERDADE CONTRATUAL IRRESTRITA E DA ABSOLUTA AUSÊNCIA DE PROTEÇÃO**.....

181

- 4.1. O mito da liberdade contratual irrestrita
- 4.2. *Employment at will*

4.3.	Salário-mínimo por hora de trabalho, <i>fight for fifteen</i> e empregados que recebem gorjetas	185
4.4.	Limitações da jornada de trabalho, horas extras com adicional e a proibição de compensação de jornada no setor privado	192
4.5.	Os <i>liquidated damages</i> (danos líquidos)	193
4.6.	Intervalos intrajornada	195
4.7.	Períodos prévios e posteriores ao desempenho da atividade principal	196
4.8.	Trabalho intermitente, leis sobre antecedência na divulgação de escalas e convocações (<i>scheduling laws</i>), intervalo interjornada e o movimento <i>fair workweek</i> ...	200
4.9.	Vínculo de emprego e classificação equivocada de empregados (<i>misclassification of employees</i>)	203
4.9.1.	Classificação equivocada de estagiários	207
4.9.2.	Aferição do vínculo de emprego: ônus da prova, <i>ABC Test</i> , <i>Dynamex</i> e <i>California AB-5</i>	210
4.10.	A doutrina do <i>joint employment</i> e a responsabilidade solidária de empregadores diretos e indiretos, além dos sócios que exercem poder de controle sobre as atividades dos empregados	214
4.11.	Discriminação no emprego	219
4.11.1.	Discriminação por gênero, isonomia e equiparação salarial: o caso <i>Lilly Ledbetter</i> e o <i>Lilly Ledbetter Fair Pay Act</i>	223
4.11.2.	O caso <i>Griggs v. Duke Power Co</i> e a teoria do impacto desproporcional	226
4.11.3.	Religião e acesso a emprego: o caso <i>EEOC v. Abercrombie & Fitch</i>	227
4.11.4.	Discriminação por orientação sexual e identidade de gênero	231
4.11.5.	Assédio Sexual	232

4.12. Seguro-desemprego	234
4.13. Licenças e afastamentos ao trabalho	240
4.13.1. O caráter minimalista do <i>Family and Medical Leave Act</i> (FMLA)	241
4.13.2. Leis estaduais e locais sobre licenças médicas e familiares remuneradas	243
4.14. Direito emergencial do trabalho em tempos de pandemia	245
4.14.1. O <i>Families First Coronavirus Response Act</i> (FF-CRA)	245
4.14.2. O <i>Coronavirus Aid, Relief, and Economic Security Act</i> (CARES Act)	248

CAPÍTULO 5

O “MITO DOS 98%” DAS RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS DO MUNDO E A LITIGÂNCIA TRABALHISTA NOS EUA.....251

5.1. Brasil: “litigiosidade excessiva” e o “mito dos 98%”	251
5.2. Os canais de acesso à Justiça em matéria trabalhista nos EUA e a impossibilidade de obtenção de dados estatísticos consolidados	257
5.3. Estatísticas, por amostragem, quanto à litigiosidade trabalhista perante algumas instituições estatais	261
5.3.1. Sistemas de Justiça administrativa	261
5.3.1.1. Litigância administrativa envolvendo <i>wage theft</i>	262
5.3.1.2. Litigância administrativa sobre discriminação no emprego (EEOC e agências estaduais)	265
5.3.1.3. Litigância administrativa na NLRB e agências congêneres	267
5.3.1.4. Litigância administrativa em outras matérias	267
5.3.2. Ações nas cortes federais e estaduais	268

- 5.4. Litigância coletiva e *class actions* em matéria trabalhista ... 272
- 5.5. Honorários de advogado em perspectiva comparada ... 279

CONCLUSÕES 285

- (i) O Direito do Trabalho intrinsecamente relacionado ao modo de produção capitalista 285
- (ii) Federalismo em vias opostas e superação dos mitos “generalista” e da “simplicidade” 286
- (iii) Canal unificado vs. canais descentralizados e fragmentados de acesso à justiça 289
- (iv) A necessária desmistificação do sistema sindical americano 291
- (v) *Janus* no STF: a citação de um precedente estrangeiro como elemento propagador de mitos e desinformação ... 294
- (vi) Pontos onde o Direito do Trabalho revela sua força e seu protagonismo nos EUA 296
- (vii) Uma pandemia que atinge e escancara justamente os pontos mais fracos e “flexíveis” do sistema, e a necessária superação do mito “é melhor ter empregos do que direitos” 300
- (viii) O uso de *class waivers* como fator de impedimento de acesso à justiça 302
- (ix) Novo *Lochner* em meio à expansão do Direito Individual do Trabalho nas esferas estadual e local 303
- (x) Os EUA como exemplo de que direitos trabalhistas não impedem crescimento econômico-social 305
- (xi) A necessária filtragem 307

REFERÊNCIAS 311

GLOSSÁRIO DE TERMOS JURÍDICO-TRABALHISTAS INGLÊS (EUA) – PORTUGUÊS (BRASIL) 329